

Sem cidadania plena a escravidão permanece desafio a ser superado no País

Para milhões de brasileiros e brasileiras ainda é 12 de maio de 1888 no Brasil. A escravidão é alimentada quando uma reforma Trabalhista flexibiliza direitos sem gerar empregos, quando milhões são lançados ao trabalho informal que exige, muitas vezes mais de 16 horas de trabalho diário e dão a isso o nome de "empreendedorismo moderno", quando um projeto ultraneoliberal prioriza o lucro de bancos e de especuladores financeiros, quando uma reforma da Previdência impõe redução de benefícios e dificulta o direito de acesso a aposentadoria. As marcas de 358 anos de escravidão no Brasil, findada oficialmente no dia 13 de maio de 1888, ainda são uma ferida exposta na desigualdade social e no racismo estrutural que mata principalmente homens negros jovens. No mercado de trabalho, mulheres negras são as pior remuneradas por sua força de trabalho. As estatísticas expõem o problema que muitos tentam mascarar com o conceito da meritocracia. "Basta se esforçar para crescer", dizem aqueles que concentram riqueza. "O Brasil não pode parar", defendem empresários que seguem colocando o lucro acima da vida e pressionando pelo fim do isolamento social, recomendado pelas autoridades em saúde para enfrentar a pandemia da Covid-19 que já matou mais de 12 mil brasileiros nos últimos dois meses.

Segundo estimativa do Dieese, o salário mínimo para garantir dignidade ao brasileiro deveria ser de R\$4,3 mil por mês. No entanto, mais de 90% não alcançam essa remuneração, incluídos nessa lista estão também milhões de servidores públicos enquanto são taxados de "privilegiados". Essa é mais uma narrativa patrocinada por quem tem

o interesse de manter as estruturas da sociedade sustentadas na mais absoluta exploração. Reduzir o tamanho do Estado e negar acesso a serviços públicos de qualidade à população que paga impostos dá sustento aos verdadeiros privilegiados. A falta de dignidade é uma constante para a maioria da população que hoje, sofre buscando garantir uma renda mínima emergencial de R\$600 aprovada pelo Congresso Nacional para auxiliar os afetados pela pandemia. Mas não é falta de dinheiro. É falta de projeto que priorize quem precisa. Para bancos, o governo Bolsonaro já liberou mais de R\$1 trilhão e 200 bi ainda em março.

Ao contrário de pensar políticas eficazes para atender a população, a pandemia tem sido usada como pretexto para aprofundar ainda mais políticas de austeridade que já se mostraram ineficazes não só no Brasil como em diversos países que seguiram por esse caminho. Basta observar que antes da pandemia se instalar e promover uma crise da chamada "economia real", os indicadores econômicos do Brasil não vinham bem. Pibinho de 1,1%, dólar acima dos R\$5, hoje superando R\$6, a maior fuga de investimentos da história. As reformas que retiraram direitos prometendo crescimento, aceleração da economia e geração de empregos foram um verdadeiro engodo e não surtiram os resultados propagandeados por seus defensores.

A escalada da desigualdade já vem acontecendo no País nos últimos quatro anos. E os caminhos escolhidos pelo governo Bolsonaro para lidar com essa crise, alertam especialistas, vão agravar o problema. As filas desumanas na Caixa Econômica Federal são reflexo dessas decisões políticas e de um pro-



jeito ultraliberal que precisa ser barrado. E para superar esse cenário é preciso mudar os rumos de nossa história. O modelo de Estado brasileiro necessário para fazer com que o País assegure aos brasileiros a plena cidadania, prevista na Constituição de 1988, está no centro dessa discussão.

Aos que lucram com o modelo vigente que explora a força de trabalho de milhões interessa que a classe trabalhadora permaneça dividida e enfraquecida. Nesse contexto, servidores públicos costumam ser apontados como responsáveis pelos problemas. No entanto, investir no setor público, inclusive em países desenvolvidos, sempre se mostrou a melhor saída em momentos cruciais. Nas duas guerras mundiais, na grande depressão de 29, agora mesmo, em muitos países, a solução apresentada para superar crises passa pelo fortalecimento do Estado e proteção de direitos básicos. O Brasil vai na contramão do mundo.

Enfraquecer a classe trabalhadora faz parte do projeto que quer manter no poder a mesma elite que utilizou a mão de obra escrava por séculos na construção do Brasil. A Lei Áurea foi um dispositivo legal de apenas dois parágrafos que oficialmente libertou escravos, mas que mantém ainda hoje milhões de brasileiros expostos às mazelas de um tempo que só será superado com consciência, unidade e muita luta.

Condsef/Fenadsef



73,2 mil militares receberam o auxílio emergencial indevidamente

O Ministério da Defesa informou que 73.242 militares das Forças Armadas receberam indevidamente o auxílio emergencial de R\$ 600. O benefício é destinado aos trabalhadores informais e autônomos de baixa renda, durante a crise causada pela pandemia do coronavírus.

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) vai pedir uma auditoria sobre a concessão do auxílio.

São militares da ativa, da reserva, pensionistas, dependentes e anistiados que fizeram o cadastro no aplicativo da Caixa Econômica Federal. O pagamento da segunda parcela será bloqueado automaticamente, informou a Defesa.

Em nota, a pasta informou que os comandos das três Forças (Aeronáutica, Marinha e Exército) abriram processo para investigar a participação de cada um de seus integrantes em possíveis

irregularidades e que os valores recebidos de forma indevida serão devolvidos à União.

No texto, a pasta minimiza o envolvimento dos integrantes das Forças. Alega que parcela dos que recebem auxílio "pode ter interpretado equivocadamente as regras de recebimento do benefício".

Caixa aguarda recursos

O argumento é que parte deles está inscrita no Cadastro Único do Ministério da Cidadania ou recebe Bolsa Família e, nestes casos, as pessoas se enquadram no requisito de renda estabelecido pela lei que criou o auxílio: renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou a renda familiar total é de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00).

"Havendo indícios de práticas de atos ilícitos, os ministérios da Defesa e da Cidadania adotarão todas as medidas cabíveis, mantendo sempre o compromisso com a transparência", conclui a nota da

Defesa.

A pasta está definindo os meios legais para a devolução do dinheiro à União. O Ministério da Cidadania também esclareceu em nota que a devolução não é necessária nas situações em que a família atende o requisito de renda e um membro é militar e recebe soldo.

A devolução poderá ser feita de maneira voluntária, com o pedido de estorno do crédito bancário ou pagamento via Guia de Recolhimento da União (GRU), no respectivo valor.

Quem não devolver os recursos será inscrito na Dívida Ativa da União e cobrado compulsoriamente.

A Caixa aguarda receber dinheiro do governo para liberar a segunda parcela do auxílio. O cronograma do pagamento já está fechado, mas não foi divulgado ainda.

O Globo

TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

Sua contribuição sindical é que garante as lutas nas ruas, no Congresso e nos tribunais.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.



SALVAR O SUS

Para que possamos continuar salvando vidas

- * Revogação da EC 95;
- * Valorização dos Profissionais de Saúde;
- * EPI's e preservação dos salários.

Essencial é todo o serviço público. Nenhum direito a menos!



SINDSEP RADIO WEB

Você 24 horas antenado no que acontece no mundo!

Nossas notícias, convocações, avisos, campanhas e muito mais escutando suas músicas preferidas.

BAIXE NOSSO APP no Google play